



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

A Comissão não é deliberativa. Os itens aqui discutidos e pactuados serão avaliados na reunião da CIB e poderão ser alterados.

ATA DA COMISSÃO DO SAMU

LOCAL: SAMU: Av. Governador Ivo Silveira, 1521, Prédio da Secretaria de Segurança Pública. Capoeiras. Sala de Reuniões.

DATA: 30 de julho de 2018

HORÁRIO: 09:30h

PRESENTES À REUNIÃO

Lourdes de Costa Remor (CIB), Karin C. G. Leopoldo (SUR), Giovanni F. Kemper (GSAMU), Adriana M Martins (GSAMU), Deyse Homes (GSAMU), Juliana Brasil R. Simas (GSAMU) e Aldo B Neto (GSAMU).

COSEMS: Francielle Lazzarin de Freitas Gava (Criciúma), Celso Luiz Dellagiustina (Itajaí), Maximiliano de Oliveira (Nova Trento), Diogo Demarchi (assessor técnico do Cosems) e

Luis Antonio Silva do (Conselho Estadual de Saúde).

COORDENAÇÃO: KARIN GELLER

PAUTA

1. Habilitações e Desabilitações de USB;
2. Critérios para devolução das USBs;
3. Outros.

1. HABILITAÇÕES E DESABILITAÇÕES DE USB E CRITÉRIOS PARA DESABILITAÇÃO

Karin Geller, Superintendente de Regulação da SES, inicia a reunião, lembrando o novo modelo do SAMU. Cita que a regulação irá elaborar o desenho de onde ficarão as ambulâncias, onde estão hoje e onde deveriam estar. Mas, que para isso, é necessário fechar os critérios para a construção do desenho com a distribuição das ambulâncias para ser aprovada em CIB. Maximiliano de Oliveira, SMS de Nova Trento questiona a integração do SAMU e Corpo de Bombeiros. Refere que ainda há muitos problemas na ponta. Karin esclarece que o novo modelo ainda não está totalmente implantado e que muitas USBs foram implantadas com concessões políticas e não técnicas, gerando ainda mais problemas. Francielle Lazzarin, SMS de Criciúma, coloca que as discussões devam ser direcionadas para uma abrangência estadual e não local e que se defina os critérios para a devolução das USBs à gestão estadual. Lembra que o Coronel João Cordeiro havia falado que é necessária dotação orçamentária para a devolução das USBs. Karin Geller esclarece que na Deliberação CIB/200/2016 especifica que as devoluções das USBs teriam início em 2018 com conclusão em 2019. E que a idéia seria devolver 05 unidades em 2018. Celso Dellagiustina, SMS de Itajaí, lembra que no primeiro Plano do SAMU aprovado (em 2005) havia uma proposta do número de USBs USAs, obedecendo o



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

49 critério populacional. Mas, em função de que alguns municípios não aceitarem a
50 implantação do SAMU, algumas USBs foram transferidas para implantação em
51 outros municípios. Depois de algum tempo, por volta de 2009, começou-se a
52 implantar unidades muito próximas uma das outras, desrespeitando o critério
53 populacional de 100.000 hab. Hoje, sabe-se que é necessário desabilitar
54 unidades que estão muito mal localizadas. Celso Dellagiustina solicita que se
55 encaminhe aos membros da Comissão, o Plano do SAMU como um todo, para
56 que seja avaliado. O Gerente do SAMU, Aldo B Neto, acredita que é necessária
57 reposicionar as USBs. Celso Dellagiustina lembra que, como o recurso para a
58 USB é federal, deve ser levado em conta o critério populacional de 100.000 hab.
59 de cobertura por unidade. Karin Geller informa que levou o novo Plano Estadual
60 do SAMU ao Ministério da Saúde (MS) e o MS solicitou que se encaminhasse o
61 Plano quando o desenho estivesse pronto. Cita que concorda com o Secretário
62 Celso Dellagiustina, que se deva pensar nas portarias, de como SC está e de
63 como SC deveria estar, de acordo com as portarias. Karin Geller refere que, com
64 o desenho pronto, ficará fácil identificar a necessidade de cada município.
65 Maximiliano de Oliveira cita que o SAMU atende bem na ponta, o que falta é
66 estrutura de manutenção. Karin Geller acredita que é necessário definir USA
67 para transferência e USA para atendimento. Francielle Lazzarin menciona o
68 serviço prestado pelas USAs como ruim. Maximiliano concorda com Francielle
69 quanto ao serviço prestado pelas USAs, que a USB está melhor que a USA.
70 Diante da situação, prefere não devolver a USB. Aldo Neto, Gerente do SAMU,
71 lembra que são 08 centrais de regulação para as USAs com padrões diferentes.
72 Que a unificação das centrais objetiva também a uniformidade nos
73 atendimentos. Francielle Lazzarin lembra que o Coronel João Cordeiro havia
74 falado na última reunião da Comissão do SAMU que haviam etapas vencidas e a
75 vencer. Diogo Demarchi ressalta a necessidade de se definir as etapas a serem
76 implantadas para a efetivação do novo modelo do SAMU. Lembra que há um
77 movimento forte de devolução de USBs. Lembra ainda, que já houve solicitação
78 de reposição de ambulância que estava em péssimo estado e foi concedida
79 ambulância para municípios que já possuía ambulância em bom estado. Aldo
80 Neto cita que é necessário definir os critérios de devolução de USB. Francielle
81 Lazzarin questiona, com relação aos itens que deveriam estar funcionando no
82 novo modelo do SAMU e que já foram postos pela SES:

83 1 – Central Única: Karin Geller informa que o SAMU funcionará com uma central
84 única até 18 de dezembro de 2018.

85 2 – ASA Fixa: Aldo Neto informa que a mesma está funcionando desde 20 de
86 junho de 2018. Há equipe médica disponível diariamente para transporte aéreo.

87 3 – CRC SAMU 9.3 Integrado: Karin Geller informa que a idéia é que até final de
88 agosto de 2018 esteja funcionando a primeira central a ser migrada que é a
89 Grande Florianópolis.

90 4 – Investimento e Comunicação: Aldo Neto informa que estão trabalhando junto
91 à Secretaria da Fazenda, com previsão para até 18 de dezembro de 2018.

92 5 – Ativação do NEU-SAMU – Núcleo de Educação em Urgências: Juliana Brasil
93 cita que, a partir de agosto de 2018, iniciará o funcionamento do NEU-SAMU no
94 quarto andar do prédio da Segurança Pública, com equipe especializada e
95 metodologia de trabalho. A idéia é conter 03 eixos, segundo Juliana. Isso estaria
96 pronto até 18 de dezembro de 2018. Celso Dellagiustina cita que a especificação



ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE

97 em cronograma como o solicitado pela SMS de Criciúma Francielle Lazzarin
98 está excelente. Mas, espera que o prazo final seja mesmo 18 de dezembro de
99 2018 para o funcionamento e integração do SAMU. Celso Dellagiustina cita o
100 Termo de Cooperação entre Estado e Corpo de Bombeiros. Coloca que teve
101 dificuldades para obter o Termo e que nesse Termo há coisas conflitantes em
102 que os municípios não aparecem. Cita ainda que o Termo foi assinado em
103 dezembro de 2017 e até agora não está funcionando. Que os protocolos do
104 SAMU foram retirados da página e refere que há dois SAMUs: estadual e
105 municipal. São problemas que deveriam ser resolvidos de imediato no
106 funcionamento do SAMU. Karin Geller menciona os critérios que a
107 Superintendência de Regulação consolidou, a partir das sugestões dos
108 municípios trocadas por meio do Whatsapp no Grupo do SAMU:

109 1º critério: USB que solicitou qualificação das mais antigas na implantação;

110 2º critério: USB qualificadas mais antigas;

111 3º critério: os municípios com ambulâncias em péssimas condições de uso.

112 Maximiliano de Oliveira acredita que as USBs mais danificadas deveriam migrar
113 em 2018. Francielle Lazzarin refere que o critério de produção deveria ser
114 considerado. A USB com mais ocorrências seria um bom critério. Karin Geller
115 menciona que as USBs qualificadas geram menor impacto financeiro para o
116 Estado e que, nesse caso, poderiam migrar mais de 05 em 2018. Karin sugere
117 que se faça um mix de critérios. O critério ruim somente não contempla a todos.
118 Um quarto critério seria as não qualificadas em funcionamento. Diogo Demarchi
119 lembra que existe município que não possui hospital ou não possui hospital
120 próximo. Diogo recomenda que se aprovelem os critérios na CIB antes de aprovar
121 o desenho do SAMU. Ficaram consensuados os critérios:

122 1. As USBs com maiores problemas;

123 2. As USBs qualificadas;

124 3. As USBs que solicitaram qualificação;

125 4. As USBs habilitadas;

126 5. A produção como um critério de desempate (produção de jan. a dez./2017).

127

128 Por fim, Karin Geller, informa que está tudo articulado entre Secretaria da
129 Fazenda e Corpo de Bombeiros e justifica o financeiro – descentralização de
130 créditos. Luis Antonio Silva do Conselho Estadual de Saúde – CES lembra que o
131 CES encaminhou uma correspondência para a Secretaria de Estado da Fazenda
132 sobre a gestão do recurso da saúde e a resposta foi de que a administração do
133 recurso continuará na Secretária da Fazenda e será utilizado para pagar o juro
134 da dívida pública e servidores. Com relação ao Protocolo Catarinense de
135 Classificação, Karin Geller informa que o referido protocolo foi validado pela
136 ACM, com intermediário do Secretário Adjunto da Saúde na época. Karin cita
137 que foi surpreendida com uma denúncia de plágio pelo Manchester do Reino
138 Unido. A SES já apresentou várias contestações. A SES também recebeu
139 correspondência do CRM que SC estava utilizando um protocolo sem validação
140 científica. Karin informa que retirou o protocolo da página e que foi encaminhada
141 correspondência esclarecendo que SC possuía o protocolo validado. Karin
142 esclarece ainda que o protocolo foi reescrito e se encontra no processo de
143 licitação. Como não havia recurso suficiente, o processo não andou. Reforça que



**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE**

144 terá que validar o protocolo. Quanto aos protocolos pré-hospitalares, Karin
145 informa que os mesmos estão sendo normatizados.

146

147 **PRÓXIMA PAUTA**

148 – Plano do SAMU

149 – Novo desenho: onde estão as USBs; onde devem estar e onde deveriam estar.

150 Plano de Cobertura.

151 – Diagnóstico: aplicação dos critérios.

152 Diogo coloca que oficializará a SES para as respostas das questões aqui
153 colocadas, com a finalidade de reforçar essas metas a serem cumpridas.

154

155

156

Lourdes de Costa Remor

Secretária da Comissão Intergestores Bipartite